

## **RELATÓRIO DE VIAGEM DEPUTADOS LUIZ COUTO E MARIA DO ROSÁRIO**

**Realização de audiência pública no dia 16 de março de 2007 no Município de Gravataí com a finalidade de averiguar os casos de aliciamento e tráfico de crianças e adolescentes, para fins de exploração sexual, para outros estados do Brasil, bem como identificar, juntamente com as redes de proteção, as fragilidades que rondam estes crimes.**

De acordo com investigações da 2.<sup>a</sup> DP de Gravataí/RS, há mais de um ano e meio o casal Adão Ribeiro Ruood e Sandra Campos atua como “mula” no tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual na região metropolitana de Porto Alegre.

A rede criminosa aliciava meninas e meninos em situação de vulnerabilidade social a partir do convencimento de suas famílias de que as vítimas seguiriam a carreira de modelo em outros estados brasileiros. Segundo informações colhidas, o agenciamento se dava com o pagamento de R\$ 400,00, mais a promessa de que mensalmente a família seguiria recebendo quantia semelhante. Nos casos em que as famílias não concordaram, as crianças foram raptadas.

As meninas e meninos, após ser mantidos em cativeiro, eram “transportados” pelo investigado Adão, que se deslocava para São Paulo, onde “entregava o pacote” para uma terceira pessoa. Segundo Adão, um caminhão de placas da Argentina, propriedade de uma transportadora daquele país e dirigido por uma pessoa que falava espanhol de alcunha “Chileno”, foi o transporte utilizado por ele para levar suas vítimas pelas estradas brasileiras mais de uma vez. Em São Paulo, ele entregou as meninas e os meninos em Osasco, Ribeirão Preto e na Capital. A partir deste estado, “o pacote” era transportado para Minas Gerais e entregue à investigada Sandra, que o encaminhava para o nordeste brasileiro.

Ainda é incerto o número de pessoas traficadas, mas as investigações prosseguem e mais suspeitos de integrar a organização criminosa já foram presos. De acordo com a imprensa gaúcha, 30 meninas e meninos foram traficados pela quadrilha nos últimos 12 meses.

Ante estes fatos e pela forte evidência da existência de uma rede de tráfico para fins de exploração sexual, ainda não dimensionável, a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados realizaram, no último dia 16 de março, audiência pública no Município de Gravataí com a finalidade de averiguar os casos de aliciamento e tráfico de crianças e adolescentes, para fins de exploração sexual, para outros estados do Brasil, bem como identificar, juntamente com as redes de proteção, as fragilidades que rondam estes crimes.

Estiveram presentes à audiência pública: Deputados Federais Luiz Couto, Maria do Rosário, Paulo Teixeira, Adão Preto, Paulo Roberto Manoel

Pereira, Luis Carlos Busato; Deputado Estadual Carlos Gomes; Vereadores de Porto Alegre, Gravataí, Cachoeirinha, São Leopoldo, Viamão e outros municípios da Região Metropolitana; Secretário Estadual de Justiça e Segurança Enio Bacci; representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) Socorro Tabosa; representantes da chefia da Polícia Civil do RS, da DECA – Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente, da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, da Superintendência da Polícia Federal, do Ministério Público, da Ouvidoria da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do RS, do Movimento Estadual pelo Fim da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, da Coordenação Estadual do Sentinela, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, das Secretarias Municipais de Assistência Social de Porto Alegre e Região Metropolitana, das Secretarias Municipais de Educação de Porto Alegre e Região Metropolitana, dos Conselhos Municipais da Assistência e dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre e Região Metropolitana, dos Departamentos e Assessoria de Políticas para as Mulheres e de Associações de Moradores; Profissionais do Programa Sentinela.

Durante a audiência, os diversos órgãos, especialmente os de investigação, comprometeram-se em intensificar as ações de combate e enfrentamento aos crimes de violência e exploração sexual. Ficou acertado o envio de relatório à Secretaria Estadual de Segurança Pública do RS com os locais onde há suspeita de ocorrência de crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes, segundo informações da CPMI que investigou as redes da exploração sexual de crianças e adolescentes, dos relatórios da Jornada Estadual da Exploração Sexual, das denúncias existentes nos Conselhos Tutelares da região metropolitana e de outras denúncias ainda não investigadas. Combinou-se a realização de encontros periódicos para a formulação de um programa de ações em Porto Alegre e região metropolitana envolvendo os órgãos de investigação e a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente, sendo que a primeira reunião de trabalho será realizada no dia 23 de março de 2007, no município de Gravataí/RS. Também deliberou-se por um trabalho articulado entre as prefeituras e o governo do RS para fazer uma semana de distribuição de panfletos contra todas as formas de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Após a audiência, o Dep. Luiz Couto, a Dep. Maria do Rosário e a representante da SEDH/PR Socorro Tabosa estiveram em contato com Adão Ribeiro Ruood e Sandra Campos, detidos na 2ª DP de Gravataí/RS, na presença de policiais civis responsáveis pelo caso e do advogado do casal. Com base no diálogo estabelecido, consideramos necessário para o esclarecimento dos fatos e para a integridade do detidos que eles não sejam mantidos presos em um mesmo local, como naquele momento em que se encontravam na mesma cela da DP de Gravataí. Destaque-se que os dois encontram-se separados de fato e que Sandra mantém um relacionamento com um outro envolvido na quadrilha, de nome Josildo, morador de Delta/MG, que está foragido.

É importante registrar que o fato de Adão Ribeiro Ruood ter se entregado às autoridades foi motivado, segundo o próprio, pelas ameaças que a quadrilha fazia a seu filho. A disposição de colaborar deste está vinculada ao atendimento da criança, que encontra-se sob guarda do advogado de defesa e até a data em que estivemos na Delegacia visitava cotidianamente os pais.

Com a realização de novo contato da assessoria desta comissão, na pessoa da Dra. Renata Gonzatti, com a DP de Gravataí, na data de 22 de março, obtivemos a informação de que os investigados não mais se encontravam presos, estando em local privado que não poderia nos ser comunicado pelas autoridades. A assessoria está tentando obter com o judiciário alguma informação mais precisa em relação ao paradeiro dos acusados, dado que não está claro se estão sendo assistidos por programa de proteção a testemunhas.

A Frente Parlamentar e a Comissão de Direitos Humanos envidarão esforços para acompanhar as investigações em todo país, operando em São Paulo e nos demais estados-destino, juntamente com autoridades locais, para que se consiga desbaratar, na íntegra, as ações da quadrilha e trazer aos seus lares todas as crianças e adolescentes deles injustamente sacados.

Diante de tudo, reiterando o compromisso de todos os presentes à audiência com a proteção das crianças e adolescentes, ficou deliberado que os seguintes encaminhamentos seriam levados ao Ministério da Justiça, o que ora fazemos:

Considerando que nos deparamos com uma organização criminosa que atua em vários estados do território nacional, especialmente na rota sul – sudeste – nordeste, em ações caracterizadas como tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, e que possivelmente esta organização atue no plano internacional (havendo informações prestadas por Adão de que meninas eram levadas para a Itália), solicitamos à Vossa Excelência que a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal passem a integrar e coordenar as ações nacionais de investigação deste caso;

- Busca de identificação e localização das vítimas deste tráfico humano perpetrado, clareando quem são as 30 crianças e adolescentes levados do RS, considerando que até o momento apenas 2 foram identificadas;
- Encaminhamento da investigada Sandra e de seu filho ao Programa de Proteção de Testemunhas e Familiares (PROTEGE). Posteriormente, com apoio da SEDH/PR, constatou-se ser mais adequado o encaminhamento ao Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas do Ministério da Justiça. Assim, desde já solicitamos sua ação no sentido de inserir a investigada e seu filho no referido programa, s.m.j., ressaltando que correm risco de morte por colaborar com as investigações;

- Iniciativa de esclarecimento junto aos órgãos competentes no estado sobre a localização dos investigados e sobre a condição legal dos mesmos (se com prisão decretada pela Justiça, etc.);
- Localizar os denunciados por Adão e Sandra como integrantes desta quadrilha, sendo de nosso conhecimento Josildo de Uberaba/MG, Chileno, Caetano de São Paulo, Gil de MG; Rosi, Preta e Maria de Lourdes, aliciadoras no RS.

Participaram dessa missão externa, além do Deputado Luiz Couto e Maria do Rosário os deputados federais Paulo Teixeira, Adão Preto, Paulo Roberto Manoel Pereira e Luis Carlos Busato.

Deputado Luiz Couto

Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

Deputadal Maria do Rosário

Coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente